

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2020)

Exercício de 2020



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.668.000,00	1.261.560,00	890.369,49	890.369,49	888.369,49	371.190,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	190.000,00	100.000,00	78.200,00	78.200,00	78.200,00	111.800,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.478.000,00	1.161.560,00	812.169,49	812.169,49	810.169,49	349.390,51
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	232.000,00	35.800,00	9.719,00	9.719,00	9.719,00	222.281,00
INVESTIMENTOS	232.000,00	35.800,00	9.719,00	9.719,00	9.719,00	222.281,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	1.900.000,00	1.297.360,00	900.088,49	900.088,49	898.088,49	397.271,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	1.900.000,00	1.297.360,00	900.088,49	900.088,49	898.088,49	397.271,51
SUPERÁVIT (XIV)			17.619,10			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	1.900.000,00	1.297.360,00	917.707,59	900.088,49	898.088,49	397.271,51
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	96.907,02	0,00	41.142,02	41.142,02	55.765,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.907,02	0,00	41.142,02	41.142,02	55.765,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	96.907,02	0,00	41.142,02	41.142,02	55.765,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	35.232,91	2.000,00	26.502,48	4.781,00	5.949,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.700,00	0,00	1.700,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.532,91	2.000,00	24.802,48	4.781,00	5.949,43
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	35.232,91	2.000,00	26.502,48	4.781,00	5.949,43

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS BATISTA DOS SANTOS em 31/12/2020 às 16:06:15. Código de Verificação: 40de4510e55ad47616b91580662bdc2e4c

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2020)

Exercício de 2020



ANEXO B

DESpesas INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESpesas EMPENHADAS (g)	DESpesas LIQUIDADAS (h)	DESpesas PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h)
DESpesas INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
DESpesas CORRENTES	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESpesas CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESpesas DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado em 31/12/2020 por JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS
 Acesso em: 31/12/2020 às 14:26:24
 Endereço: https://www.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento=40dce5fb-55ad-42f6-b9f5-80662bde2e4c



APRESENTAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Barra de Guabiraba, apresenta as Demonstrações Contábeis, do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro 2020, contemplam a execução e a análise do Orçamento Fiscal, sendo materializados tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **Fiorilli**, que tem atividade principal o desenvolvimento e locação de software, situada na Av. Marginal, 65, Distrito Industrial – Bálamo - SP, CEP 15.150-000, cuja ferramenta é adequada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Seguindo os padrões observados pela União, Estados e Municípios, permitindo a evidenciação e a análise da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura de “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações Contábeis estão de acordo com base na NBC 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação das Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis, além da Legislação Aplicável, destacando a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000.

Todos os demonstrativos foram adaptados para atender as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII E XXIV da Resolução nº 110 de 09 de dezembro de 2020, e o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XXV), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Convergência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Barra de Guabiraba 31 de dezembro de 2020

Eliane de Fátima Pontes Valença
Secretária Municipal de Assistência Social



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DE GUABIRABA
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020
RESOLUÇÃO TCE-PE – Nº 110/2020
Tipo: Contas de Gestão**

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do órgão ou entidade:

Fundo Municipal de Assistência Social de Barra de Guabiraba

Natureza Jurídica (conforme o código da RFB):

133-3 – Órgão Público do Poder Executivo Municipal possui como atividade principal a Administração Pública Geral.

12.116.914/0001-00

Domicílio órgão ou entidade:

Av. João Ferreira Júnior nº 131

Cidade: Barra de Guabiraba – Pernambuco – CEP: 55.690-000

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O Fundo Municipal de Assistência Social de Barra de Guabiraba possui como atividade principal “a administração pública geral”. A natureza de suas operações deriva de repasses do governo, estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital) além dos repasses municipal. No exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 331 de 18 de novembro de 2019.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP 11- Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12- Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13- Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas, este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Dados do gestor (Secretária):

Nome: Eliane de Fátima Pontes Valença

Cargo: Secretária – Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020

Dados do Contador do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e notas explicativas:

Nome: José Carlos Batista dos Santos

CRC-PE 012184

E-mail: jconsultoria1@hotmail.com



Dados do Controlador:

Nome: Priscylla Wanessa de Melo e Silva

E-mail: priscyllawanessasilva@outlook.com

Endereço Eletrônico do Portal da Transparência:

<http://transparencia.barradeguabiraba.pe.gov.br>

2 – RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 8ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

2.1 – Bases de mensuração utilizadas:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 34 da Lei nº 4.320/64 e NBCASP será atualizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competências para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

2.1.1 Caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalente de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de Financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso e decorrente do prazo de realização destes valores proceder aos lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para o “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

2.1.2 Investimentos e aplicações temporárias a Curto Prazo:

São aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados á negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

2.1.3 Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada esses bens



são avaliados pelo valor da aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação de saída dos estoques é o custo médio ponderado. Há também, a possibilidade de redução do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

2.1.4 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como a redução o valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão os valores da redução ao valor recuperável e possíveis reavaliações. Quando essas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

2.1.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados a manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

2.1.6 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

2.1.7 Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:



obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

2.1.8 Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I – Patrimonial; II – Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VDP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2 NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

Os balanços contábeis dessa conta serão apresentados de forma sistemática seguida om as suas notas explicativas individualizadas, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

3.1 Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro.



3.2 Atualização Monetária Autorizada por Lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

Barra de Guabiraba 31 de dezembro de 2020

Eliane de Fátima Pontes Valença
Secretária Municipal de Assistência Social



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DE GUABIRABA
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020
RESOLUÇÃO TCE-PE 110/2020
Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2020**

REQUISITOS MÍNIMOS DO ANEXO XX

RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2020 foi de **R\$ 805.000,00**. Durante o exercício o valor arrecadado foi de **R\$ 800.902,54** o que representa um déficit de arrecadação corrente de **R\$ (4.097,46)**.

RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de **R\$ 50.000,00**. Foi arrecadado **R\$ 116.805,05**, o que representa um superávit de arrecadação de capital de **R\$ 66.805,05**.

TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2020 conforme Lei Orçamentária Anual foi de **R\$ 855.000,00**, sendo arrecadado o valor de **R\$ 917.707,59**, o que gerou superávit de arrecadação de **R\$ 62.707,59**. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de **107,33%**.

DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2020 foram de **R\$ 1.668.000,00**, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de **R\$ 1.261.560,00**, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de **R\$ 890.369,49**. As liquidações totalizaram **R\$ 890.369,49**, sendo pagos o montante de **R\$ 888.369,49**, restando de economia orçamentária o valor de **R\$ 371.190,51**.

DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam **R\$ 232.000,00**, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de **R\$ 35.800,00**, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de **R\$ 9.719,00**. As liquidações totalizaram **R\$ 9.719,00**, sendo pagos o montante de **R\$ 9.719,00**, restando de economia orçamentária de capital o valor de **R\$ 26.081,00**.

TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de **R\$ 1.900.000,00**, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de **R\$ 1.297.360,00**. O valor total empenhado foi de **R\$ 900.088,49**, o liquidado **R\$ 900.088,49** e o pago **R\$ 898.088,49**. A economia orçamentária foi de **R\$ 397.271,51**. O coeficiente de execução foi de **69,38%**.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas **R\$ 917.707,59**, menos as despesas empenhadas **R\$ 900.088,49** houve um superávit de execução orçamentária na ordem de **R\$ 17.619,10**. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foram de **R\$ 96.907,02**. Foram liquidados no exercício o valor de **R\$ 41.142,02** e pagos **R\$ 41.142,02**. Foram cancelados o valor de **R\$ 55.765,00**. Não restando saldo para o exercício seguinte.



RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam **R\$ 35.232,91**, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior **R\$ 2.000,00**. Desde montante foram pagos **R\$ 26.502,48** e cancelados **R\$ 4.781,00**, restando de saldo a pagar **R\$ 5.049,43**.

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A coluna de saldos de exercícios anteriores, são movimentadas quando são executadas despesas a conta de superávit financeiro, reabertura de créditos especiais ou extraordinários, provocando desequilíbrio entre a despesas autorizada e a receita fixada inicialmente. Essa ocorrência se deve, em razão de que o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, não é receita do exercício financeiro, bem como, na eventualidade dos créditos especiais, autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior, tendo os seus saldos incorporados ao orçamento vigente.

No caso dessas contas, durante o exercício financeiro de 2020, não houve a ocorrência de abertura de créditos adicionais, por superávit financeiro, se mantendo o respectivo Balanço Orçamentário em apreciação, em perfeito equilíbrio.

Barra de Guabiraba 31 de dezembro de 2020

Eliane de Fátima Pontes Valença
Secretária Municipal de Assistência Social

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE BARRA DE GUABIRABA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2020)

Exercício de 2020



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	7.589.500,00	12.601.900,00	11.982.306,03	11.933.186,82	11.606.317,57	619.399,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.295.500,00	8.283.600,00	7.952.297,55	7.934.275,39	7.608.356,14	331.100,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.294.000,00	4.318.300,00	4.030.008,48	3.998.911,43	3.997.961,43	288.999,22
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	700.500,00	497.300,00	440.219,59	440.219,59	440.219,59	57.880,11
INVESTIMENTOS	700.500,00	497.300,00	440.219,59	440.219,59	440.219,59	57.880,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	8.290.000,00	13.099.200,00	12.422.525,62	12.373.406,41	12.046.537,16	676.772,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	8.290.000,00	13.099.200,00	12.422.525,62	12.373.406,41	12.046.537,16	676.772,88
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	8.290.000,00	13.099.200,00	12.422.525,62	12.373.406,41	12.046.537,16	676.772,88
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	92.016,64	49.119,21	70.852,18	70.852,18	21.164,46	49.119,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	729,33	18.022,16	729,33	729,33	0,00	18.022,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	91.287,31	31.097,05	70.122,85	70.122,85	21.164,46	31.097,05
DESPESAS DE CAPITAL	97.615,16	0,00	90.834,91	90.834,91	6.780,25	90.834,91
INVESTIMENTOS	97.615,16	0,00	90.834,91	90.834,91	6.780,25	90.834,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	189.631,80	49.119,21	161.687,09	161.687,09	27.944,71	49.119,21

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	337.469,60	326.869,25	335.501,71	1.967,89	326.869,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	279.470,68	325.919,25	279.284,66	186,02	325.919,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.998,92	950,00	56.217,05	1.781,87	950,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	337.469,60	326.869,25	335.501,71	1.967,89	326.869,25

Documento assinado digitalmente por JOSÉ CARLOS BATISTA JUNIOR, em 31/12/2020, às 16:09:24. Código de Verificação: a0de510e55ad476199b806629bde2e4c

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE BARRA DE GUABIRABA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2020)

Exercício de 2020



ANEXO B

DESpesas INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESpesas EMPENHADAS (g)	DESpesas LIQUIDADAS (h)	DESpesas PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f)-(g)
DESpesas INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	438.000,00	636.000,00	604.834,43	604.834,43	604.834,43	31.165,57
DESpesas CORRENTES	438.000,00	636.000,00	604.834,43	604.834,43	604.834,43	31.165,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	438.000,00	636.000,00	604.834,43	604.834,43	604.834,43	31.165,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESpesas CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESpesas DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado em 31/12/2020 por JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS
 Acesso em: 31/12/2020 às 14:56:10
 Endereço: https://www.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo_documento=40dce5fb-55ad-42f6-b9f5-80662bde2e4c



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE GUABIRABA
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020
RESOLUÇÃO TCE Nº 110/2020
Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2020

REQUISITOS MÍNIMOS DO ANEXO XXI

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (CORRENTE E CAPITAL): A previsão de arrecadação de receitas orçamentária da entidade para o exercício de 2020 foi de R\$ 4.000.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 6.071.882,30

DESPESAS CORRENTES: As Despesas Correntes Fixadas para o exercício financeiro de 2020 foram de R\$ 7.589.500,00, durante o exercício a Dotação Atualizada foi de R\$ 12.601.900,00, sendo executada: Empenhadas R\$ 11.982.306,03, Liquidadas R\$ 11.933.186,82 e Pagas no valor de R\$ 11.606.317,57.

DESPESAS DE CAPITAL: As Despesas de Capital Fixadas para o exercício financeiro de 2020 somam o valor de R\$ 700.500,00, Dotação Atualizada foi de R\$ 497.497.300,00, sendo executada: Empenhadas e Liquidadas e Pagas no valor de R\$ 440.219,59..

TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS: O total da despesa fixada para o exercício de 2020 foi no valor de R\$ 8.290.000,00, durante o exercício a dotação atualizada foi de 13.099.200,00, sendo executada: Empenhadas R\$ 12.422.525,62, Liquidadas R\$ 12.373.406,41 e Pagas R\$ 12.046.537,16

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 189.631,80, inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 49.119,21. Foram liquidados e pagos o valor de R\$ 161.687,09, Cancelados R\$ 27.944,71. restando de saldo a pagar R\$ 49.119,21

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 337.469,60, foram inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 326.869,25. Foram pagos o valor de R\$ 335.501,71 e cancelados R\$ 1.967,89, restando de saldo a pagar R\$ 326.869,25

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA: DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA: As Despesas Intra - Orçamentária Fixada para o exercício financeiro de 2020 foram de R\$ 438.000,00, atualizada foi R\$ 636.000,00, sendo executada: Empenhadas, Liquidadas e Pagas R\$ 604.834,43.

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A coluna de saldos de exercícios anteriores, são movimentadas quando são executadas despesas a conta do superávit financeiro, reabertura de créditos especiais ou extraordinários, provocando desequilíbrio entre a despesas autorizada e a receita fixada inicialmente. Essa ocorrência se deve, em razão de que o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, não é receita de exercício financeiro, bem como, na eventualidade dos créditos especiais, autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior, tendo os seus saldos incorporados ao orçamento vigente.

No caso dessas contas, durante o exercício financeiro de 2020, não houve a ocorrência de abertura de créditos adicionais, por superávit financeiro, reabertura de créditos especiais ou extraordinários, se mantendo o respectivo Balanço Orçamentário em apreciação, em perfeito equilíbrio.

Barra de Guabiraba, 31 de Dezembro de 2020

Andreza Cíntia Ramos Lima
Secretária